



PORTO DO RIO – O DESAFIO DE CULTIVAR A ESCALA HUMANA.

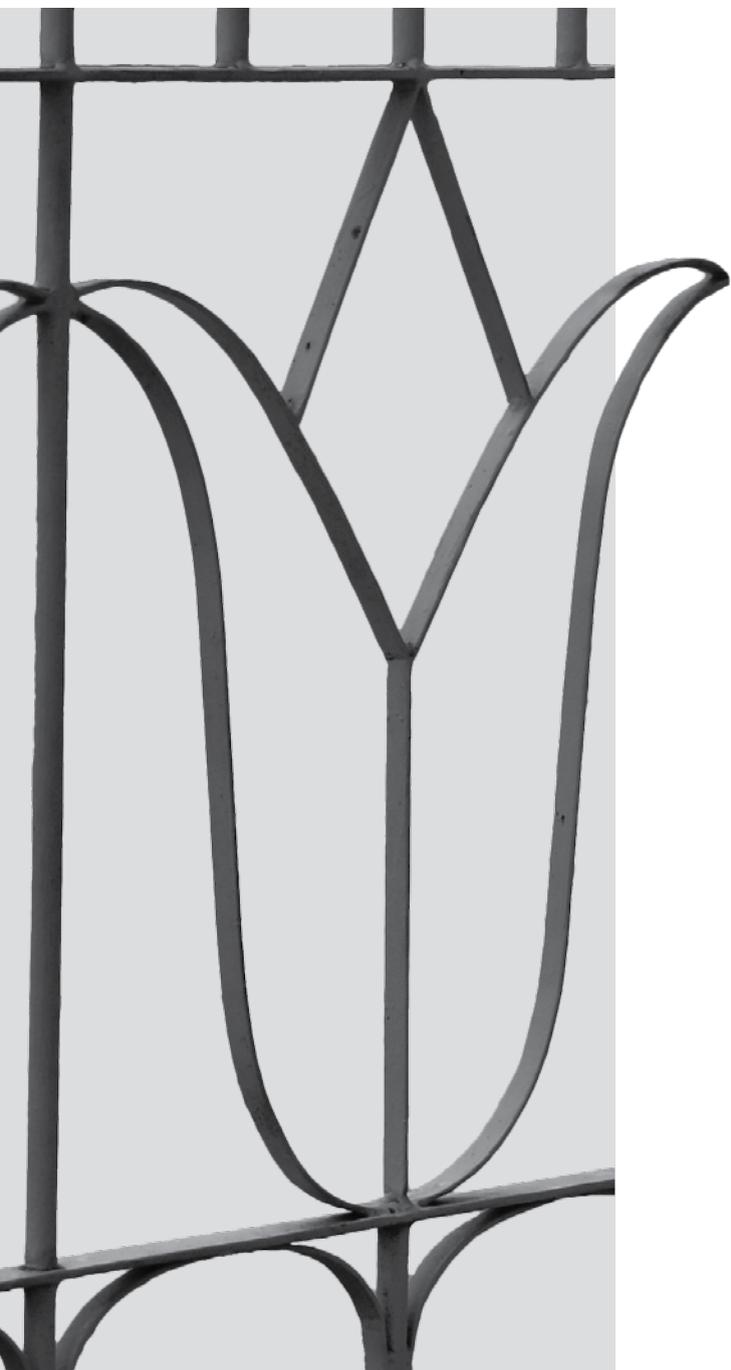
Ana Carmen Amorim Jara Casco¹

A região do Cais do Porto, no Rio de Janeiro, se estende pela paisagem costeira da cidade voltada para o interior da Baía da Guanabara deste o Morro de São Bento, onde se localiza o mosteiro beneditino aí fundado em 1590, até aproximadamente a Casa de Banhos D. João VI, no Caju, construída em 1810. Estes dois marcos edificadas, distantes aproximadamente oito quilômetros e dois séculos um do outro, testemunham “situações urbanas”² que se justapõem até os dias atuais na ocupação do território que ao longo do tempo se conformou como espaço urbano voltado para funções portuárias. Um interessante panorama das transformações geográficas e urbanísticas pode ser observado ao analisarmos originais da cartografia da cidade guardados, por exemplo, no acervo da Biblioteca Nacional ou em publicações como o *Atlas da evolução urbana do Rio de Janeiro*, editado pelo IHGB³ nas comemorações do 4º centenário da cidade, no qual está representada uma minuciosa evolução do traçado de ruas e crescimento da cidade durante quatro séculos de vida, e o *Atlas dos planos urbanísticos do Rio*

2 FERRAZ, Eucanaã. “O tombamento de um marco da africanidade carioca”. *Revista do Patrimônio* n.º 25, 1997.

3 BARREIRO, Eduardo Canabrava. *Atlas da evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IHGB.

¹ Arquiteta, mestre em comunicação e doutora em antropologia social. Técnica do Iphan e professora da escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF. Endereço eletrônico: anajara.pgc@iphan.gov.br



de Janeiro: de Beaurepaire-Rohan ao Plano Estratégico, editado em 2008⁴ e que ilustra três importantes momentos da urbanização da cidade – Plano Beaurepaire-Rohan (1840/1843), Plano da Comissão de Melhoramentos (1875/1876) e Plano Pereira Passos (1903/1906) quando foi consolidada a atual morfologia da região portuária, cujo projeto é atribuído ao engenheiro Rodrigues Alves.

Enquanto paisagem natural é uma região emoldurada por uma cadeia de elevações como o morro de São Bento, onde se encontra o mosteiro beneditino e a Igreja de Nossa Senhora de Monserrate; o morro da Conceição, que abriga o Serviço Geográfico do Exército na antiga residência episcopal, a Fortaleza da Conceição, e um expressivo casario que guarda reminiscência da cidade colonial e abriga uma população de portugueses e seus descendentes, sublinhando a importância deste povo na formação cultural da cidade. Na base do morro voltada para o mar, se localiza a Igreja de São Francisco da Prainha e a Pedra do Sal, signo da presença negra no local, lugar ligado ao surgimento do samba e espaço consagrado para oferendas aos orixás, o que acrescenta à região o valor de abrigar esta diversidade étnica tão característica de nossa brasilidade. Na sequência encontra-se o Morro do Valongo onde se localiza o observatório com mesmo nome e o bucólico jardim suspenso aí construído pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX. Desde os jardins do Valongo se divisa o Morro do Livramento cuja extensão natural é o Morro da Providência onde está implantada a favela com mesmo nome e cujo histórico informa ter sido a primeira favela carioca, construída como moradia dos soldados oriundos da guerra de Canudos.

⁴ ANDREATTA, Verena. *Atlas dos planos urbanísticos do Rio de Janeiro: de Beaurepaire-Rohan ao Plano Estratégico*. Rio de Janeiro: ViverCidades, 2008.

Os morros do Livramento e da Providência são eminentemente residenciais e lembram cidades do interior por sua escala e modo de vida de seus moradores, com cadeiras nas calçadas, portas e janelas abertas e debruçadas sobre ruas estreitas, mistura dos espaços públicos e privados nos cheiros de comida, no som alto dos programas de rádio, no passar dos vendedores ambulantes, catadores de lixo, etc. Destaca-se nestes morros, além da implantação urbana característica e que levou ao tombamento do conjunto urbano paisagístico de uma das escadarias locais, a preservação do antigo sistema de abastecimento de águas, cujas cisternas são elementos representativos de interessantes construções de uma arquitetura civil hoje sem função. Bens culturais que aí permanecem esquecidos e, muitas vezes, ocupados extraoficialmente pela população local, que acaba assumindo subversivamente o papel de real guardião da memória social da cidade. Sob o morro da Providência permanece aberto um antigo túnel por onde passava o sistema ferroviário que fazia a ligação do porto com a estação Central do Brasil, hoje desativado e transformado em um grande lixão.

Ainda nesta altura se localiza o complexo esportivo da Vila Olímpica da Gamboa, aberto à população local e que ocupa as ruínas de antigos galpões da rede ferroviária. Vizinhança imediata da “cidade do samba”, projeto de edificações novas aí instaladas para abrigar os barracões e oficinas de escolas de samba, que antes ocupavam aleatoriamente galpões desta região.

O morro seguinte é o do Pinto, todo ocupado pela função residencial, e que se estende até o encontro da Avenida Presidente Vargas com a Avenida Francisco Bicalho, voltado para a zona norte da cidade, a rodoviária e o antigo gasômetro no bairro limítrofe de São Cristóvão.

Entre esta cadeia de morros e os armazéns na beira do cais do porto encontramos duas pequenas elevações que são o Morro da Gamboa e da Saúde, ocupados pelo Hospital de Nossa Senhora da Saúde e Capela de Nossa Senhora das Graças e pela Igreja Nossa Senhora da Saúde, onde o valor cultural destas edificações se mistura ao uso residencial predominante.

Espaço de histórias, lugar de memória, é uma região formada por diversas temporalidades e situações urbanas e culturais, que coexistem com a impressão de ser uma parte da cidade abandonada pelo poder público e pelo interesse privado que dela já teria esgotado a extração de riquezas. O Porto do Rio de Janeiro, como grande parte das regiões portuárias nas cidades brasileiras e estrangeiras, vem sendo cobijado como uma espécie de página em branco na qual uma história inédita pudesse ser escrita.

O projeto Porto Maravilha, que se encontra em tramitação para aprovação, tem como argumento da nova história que pretende inscrever a bandeira da revitalização, uma espécie de passe de mágica que transforma prédios desocupados, terrenos vazios e ruínas abandonadas em modernas lâminas de aço e vidro com 10, 20 ou 50 pavimentos; armazéns portuários em shoppings e locais para eventos; ruas esburacadas, sem calçadas, com iluminação precária em modernas avenidas com canteiros arborizados e trilhos para VLT⁵. Terrenos vazios como potenciais áreas de renovação urbana e verticalização com previsão de construções destinadas a edifícios de escritórios, hotéis, residências capazes de atrair investimentos e uma nova população residente ou usuária que sustentem o processo de revitalização da área. Prevê ainda a desativação das atuais funções portuárias de carga e descarga e seu remanejamento para o trecho mais próximo ao acesso da cidade oriundo da Avenida Brasil, permanecendo na antiga área portuária a função de embarque e desembarque de passageiros.

É, nestes termos, um processo que estimula o afluxo de uma população para o local como ingrediente do processo de revitalização. O que falta ao projeto, entretanto, é mostrar como lidar com a população existente, suas demandas e necessidades, características socioculturais e vinculação à atividade portuária em extinção. Na verdade, o projeto se superpõe a uma trama de ruas e casas sem que um levantamento consistente de dados a respeito das populações locais tenha sido feito e divulgado para que se possa prever o impacto do projeto sobre as redes sociais existentes e seu modo de vida. Desconsiderando, por exemplo, que este mesmo tecido social qualifica a paisagem edificada do porto como cultural, lugar onde se desenvolvem determinadas relações de sociabilidade, vizinhança, trabalho, lazer, etc.; onde as relações com o passado e as memórias individuais e coletivas se estabelecem. Espaços de identidade entre as diferentes etnias, classes e gerações que compõem o universo social que vive e dá vida a esta região.

Aos avanços tecnológicos que transformam os meios e modos de trabalhar e viver correspondem, muitas vezes, permanências de hábitos, laços afetivos, crenças, gostos, padrões de vida, festas, tradições. Enquanto um aspecto do modo de vida se transforma, outros são preservados. O elo desta corrente

⁵ Veículo de transporte de média capacidade sobre trilhos que em cidades como Campinas funciona como um pré-metrô.

tantas vezes partida é por vezes a vida, este frágil e inesgotável suporte que ainda anima a parte da cidade aparentemente esquecida, desabitada e arruinada... E é no meio destas aparências que enganam o olhar mais apressado que a cidade permanece, latente e viva, cheia de vontade de se reinventar.

Os vários personagens urbanos, as crianças brincando nas ruas e praças, os diferentes modos de vida nos quais esbarramos ao caminhar pela região portuária descortinam, diante da curiosidade, do estranhamento e de uma necessária distração para se surpreender, paisagens culturais cariocas. Aqui o sentido de paisagem cultural ganha tensão especial e provoca o pensamento a enfrentar o desafio de se deparar com as recentes teorias a respeito do que vem a ser o patrimônio material e imaterial das sociedades complexas, e suas possíveis articulações, conexões e interseções.

Os cenários desoladores das cidades nos quais as profundas discrepâncias sociais e econômicas sulcam verdadeiras trincheiras entre a cidade formal e a cidade que resvala no descaminho da pobreza, do esquecimento dos dirigentes, do abandono do poder público tomam de assalto o olhar, e questionam intransigentes se seriam paisagens culturais a exigir que delas prestássemos atenção e saíssemos em busca de sua preservação, ou se são mesmo lugares destinados ao esquecimento, a serem ocultados pelas fachadas de ricos edifícios modernos, com os quais se tenta camuflar as trincheiras das “Faixas de Gaza” que recortam e suturam a cidade.

Por outro lado percebemos que o que tem norteado a preservação desta área é historicamente a possibilidade de permanência dos marcos referenciais (acidentes geográficos) e edifícios históricos como cenários nos quais os cidadãos se identificam com sua cidade e bairro,

o que os leva a valorizar o ambiente em que vivem, especialmente nas áreas eminentemente residenciais, relacionando os tipos de edificações e a morfologia das ruas com um estilo de vida que evoca costumes e hábitos que vêm se perdendo nos modelos habitacionais de condomínios fechados, playgrounds, ruas cada vez mais desertas porque ocupadas por veículos, das grandes cidades que produzem sociedades individualistas e indivíduos cada vez mais isolados. Nos morros que integram a região encontramos laços de sociabilidades e vizinhança muito diferentes das outras regiões da cidade capazes de constituir uma paisagem cultural efetivamente singular no panorama urbano. São espaços urbanos que podem ser vistos como lugares de memória em função das características históricas e antiguidade dos edifícios e da ocupação urbana, mas são também lugares⁶ no sentido de representarem e propiciarem determinado tipo de vida, lugares que produzem uma cultura urbana caracterizada por vários detalhes como o uso das ruas, permeabilidade entre o espaço privado e o espaço público como se um fosse a extensão natural do outro, etc. Integra esta cultura urbana a fruição de um espaço urbano privilegiado pela beleza e integração com a paisagem circundante – construída e natural – tendo em vista a localização de grande parte dos imóveis residenciais a cavaleiro em relação à cidade e o mar.

Grande parte desta região encontra-se classificada pelo Município como Área de Proteção do Ambiente Cultural, o que pode ser considerado um instrumento de reconhecimento do valor da paisagem cultural local,

6 Segundo o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3.351, de 2000, “lugares são espaços onde ocorrem práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidiana quanto excepcionais, que constituem referência para a população”.



este agenciamento entre o homem e o meio ambiente que historicamente vem se recriando na lógica de transformação, preservação e reapropriação dos espaços urbanos. Mais do que preservar a materialidade dos espaços naturais ou urbanizados isso pretende garantir a permanência de modos de vida que, em última análise, dão sentido cultural às paisagens urbanas, ao mesmo tempo em que são por elas condicionados.

De um modo geral o processo de revitalização da região do porto vem sendo acompanhado de uma dinâmica de consulta e ouvidoria em relação à população local através da convocação de reuniões públicas para debate do tema, como proposta de desenvolvimento de um trabalho participativo e democrático. A identificação, o mapeamento, o reconhecimento e a legitimação desta população, entretanto, ainda é uma lacuna significativa no processo, que não se preenche a partir da simples convocação de reuniões abertas e da vontade de que a população participe. Grande parte desta população não participa das reuniões e talvez não deseje participar. Um

trabalho específico de levantamento de dados socioculturais se faz urgente e necessário ao lado de campanhas mais sistemáticas voltadas para a identificação, junto à população, dos valores culturais locais, assim como a respeito da importância de participar do processo.

É preciso que os processos de planejar e revitalizar sejam efetivamente instruídos pelo significado e pela presença da população local, o que ela tem a dizer e reivindicar e não um simples referendo dos valores culturais já consagrados e da lógica dominante do capital.

A ignorância a respeito das populações locais e a permanência de uma escuta viciada num olhar especializado sobre a cidade e seu patrimônio cultural por parte do poder público e das lideranças políticas talvez estejam dificultando a construção de processos democráticos e inclusivos de gestão das cidades e suas dinâmicas de preservação e renovação. Pode também estar impedindo que os grupos sociais efetivamente assumam seu papel cidadão diante dos desafios de construir e cultivar cidades mais humanas.